

MUSICALIDADE NEGRA EM SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO MÉDIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MILENE DO NASCIMENTO PEREIRA¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – millene348nascimento@mail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca relatar as experiências vivenciadas em uma das aulas realizadas na turma de Segundo Ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Dom João Braga, localizado na região central da cidade de Pelotas, durante o período do Estágio Supervisionado no Ensino Médio do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas.

A partir da etapa de observação das aulas e planejamento do cronograma para regência, foi possível perceber que a turma é bastante participativa. Mais ainda quando os assuntos trabalhados nas aulas envolviam questões cotidianas que, de alguma, forma atravessavam suas vivências.

Considerando meu desconhecimento sobre a turma, decidi elaborar uma aula inicial que dialogasse com o conteúdo que eles estavam encerrando (Brasil Colonial), trazendo para o centro questões atuais, para que os alunos se envolvessem de maneira participativa, promovendo uma interação recíproca. Esta estratégia acontece quando decido discutir sobre musicalidade negra.

O objetivo desta aula, e de certa forma, deste trabalho, é reconhecer a contribuição da população negra na política, sociedade e cultura brasileira - cumprindo assim com a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da cultura africana e afrobrasileira nos currículos de ensino (Brasil, 2003) - podendo observar a musicalidade como movimento de resistência afrobrasileira. Desde a diáspora a música reservou um espaço, por meio dos cantos carregados de significados, onde se aprimorou ao longo dos anos em forma de resistência. Durante a escravização era o único momento voz entre os cativos. No pós abolição, se tornou uma ferramenta de denúncia social e política. Hoje permanece como resistência: um grito de liberdade sustentado pelo ritmo.

A partir desta temática é possível analisar a diversidade presente na abordagem metodológica e como isso pode estimular, de diferentes formas, a ensino-aprendizagem, criando uma aula onde os alunos possam ser protagonistas por meio de suas análises, observações e vivências, pois o conteúdo elencado e a metodologia utilizada permitem essa intervenção.

[...] a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encara a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (hooks, 2017, p. 273).

Nos próximos tópicos será discutido como foi organizada esta aula, desde seu planejamento, até sua aplicação. Irei expor os materiais e recursos utilizados. E por fim, compartilhar como foi a receptividade da turma, bem como os resultados obtidos a partir da atividade.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Esta aula foi realizada com uma turma 224 (2º ano do Ensino Médio) – com alunos entre 16 e 18 anos –, e foram necessários dois períodos para a contextualização e execução da atividade. Sua proposta consistia em finalizar o conteúdo de Brasil Colonial. Este período específico remonta grande parte da história dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, sobretudo pela exploração da elite colonial sobre a mão de obra escravizada destes povos. Além da exploração escravista, são trabalhados os movimentos de resistência desses povos. Como ocorriam? Como eram elaborados? Como se sucediam? Mas acima de tudo é necessário questionar: como esses movimentos influenciaram e influenciam nossa sociedade atual, pois foram movimentos políticos que tinham como objetivo a liberdade – o principal direito humano. Dito isto, não podemos nos limitar a ver somente sua influência sociocultural.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (1996), consideramos os projetos educativos construídos pelo Movimento Negro no Brasil e também na América Latina como emancipatórios. A emancipação entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, com todas as tensões e contradições próprias desse processo, tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da República. O fato de essas ações serem projetos e propostas construídos por um povo que tem o seu passado, a sua história e a sua cultura desenvolvidos nos contextos de opressão e dominação - tais como: a colonização, a escravidão, o racismo e a desigualdade social e racial - e que, mesmo assim, segue persistindo e colocando questões para a sociedade, para a educação e para o Estado brasileiro, pode ser visto como o potencial emancipatório das lutas e da organização política dos negros no Brasil e na diáspora. (Gomes, 2017, p. 49)

Pensando nos movimentos de resistência ligados ao período, decido partir do movimento de resistência presente nos quilombos, escrevendo três palavras no quadro para iniciar a discussão: Quilombo; Política; Funk. Em seguida, pergunto para os alunos como podemos ligar as três palavras. De antemão, recebo respostas negativas, no sentido de não ser possível fazer isso. Então começamos trabalhar coletivamente, por partes, sistematizando o que cada um sabia sobre cada movimento.

Primeiro analisamos o que é um quilombo; quais os quilombos eles conheciam; quais os saberes e práticas existiam/existem em um quilombo. Foram trazidos elementos como refúgio, resistência, liberdade, religião, dança e música.

Em segundo lugar, quando chegamos na música, falamos sobre o *funk*, um estilo de música brasileiro com forte representatividade negra, que elenca as vivências cotidianas, violência, denúncias e ambições, em suas letras que exibem a realidade da população considerada marginalizada no Brasil. Mas antes do *funk* vieram outros ritmos. Nos quilombos, o ritmo comumente praticado era o batuque, para festividades e práticas religiosas, que com o tempo se atualizou, dando origem ao *samba*, ao *pagode*, ao *rap* e ao *funk*.

Além de causar impacto na cena musical do país, o movimento hip-hop fez emergir lideranças juvenis que consideram o rap, o grafite e o break - tripé da cultura hip-hop - os veículos para que os jovens se mobilizem e reflitam sobre os temas que mais afligem seu cotidiano, como violência, drogas, exclusão social, exercício protegido da sexualidade, paternidade e maternidade responsáveis, discriminação racial. Esses jovens atuam em escolas da rede pública e privada, em faculdades e presídios, e alguns se tornaram gestores de políticas públicas inclusivas para a juventude; outros estão seguindo carreiras universitárias ou se mantêm como protagonistas

juvenis, aprofundando o seu compromisso com os direitos humanos e a inclusão social. Para muitos, a participação no movimento hip-hop funcionou como um antídoto, que lhes permitiu escapar do caminho mais fácil: a marginalidade social (Carneiro, 2011, p. 36).

Em terceiro e último lugar, discutimos a política, que evidencia qual a ligação das três palavras. Quando entendemos o sentido político por trás do movimento, entendemos o porquê do movimento e sua importância histórica. Os quilombos foram um abrigo. A busca pela plena liberdade. A luta pelo direito de ser e de ter sua própria identidade, preservando suas tradições e mantendo viva a ancestralidade do povo negro. Embora tenhamos tido certos avanços em questões de equidade com políticas inclusivas como as ações afirmativas, é necessário ter em mente que as leis fazem diferença, mas não excluem o racismo estrutural presente na sociedade. Essas desigualdades precisam ser denunciadas. Por décadas o povo negro fez essas denúncias por meio das músicas, e usaram deste aporte como uma forma, não só de divertimento, mas de denúncia e resistência.

Para uma melhor compreensão, utilizei como recurso audiovisual o trecho do filme *Pecadores* (2025). A cena em questão, remonta uma festa, onde pessoas negras, norte-americanas, festejam ao som do *blues*, durante o apartheid nos Estados Unidos (1932). Enquanto o protagonista toca o violão e canta, entre as pessoas dançando são trazidos vários elementos, que representam os diversos gêneros musicais que surgiram a partir do blues, como o *rock* e o *hip hop*.

Em seguida apresentei dois exemplos de letras de músicas compostas por cantores negros atuais, que expunham essa resistência. A primeira música se chama *Bluesman* (2018) de Baco Exu do Blues. A segunda, *Olho de Tigre* (2017) de Djonga. Ambas denunciavam o racismo e expunham contribuições negras que foram desvalorizadas ou reestruturadas, de modo que não pertencesse mais a quem as criou. Expõe a apropriação cultural e a tentativa de apagamento da população negra, que em contrapartida, resiste. Um movimento político latente e presente no nosso cotidiano como a música, que permanece denunciando a luta pela liberdade de uma população que ainda vive encarcerada pelo sistema.

Apesar de a musicalidade negra expor seu protagonismo social, precisa enfrentar as tentativas de deslegitimação por conta da hegemonia cultural.

[...] no artigo citado de Gancia, a colunista considera desperdício de dinheiro público investir nesse protagonismo por entender que hip-hop não é cultura, que o rap é lixo musical, sugerindo, como ela diz, que "tais gênios musicais" seriam ligados ao tráfico de drogas. O que lhe dá autoridade para definir o que é ou não cultura? De onde ela extrai o direito de desqualificar, de uma penada só, uma expressão cultural forjada na resistência de jovens à exclusão social por meio da qual eles se afirmam como produtores culturais e agentes de cidadania? (Carneiro, 2011, p. 36).

Essas questões são levantadas no debate coletivo com a turma, que afirma já ter ouvido comentários parecidos, retratando o fenômeno denominado epistemicídio, onde

Os projetos, os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos não hegemônicos. No contexto atual da educação, regulada pelo mercado e pela racionalidade científico instrumental, esses saberes foram transformados em não existência; ou seja, em ausências (Gomes, 2017, p. 42).

A partir destas questões, partimos para a atividade. Nesta, aos alunos deveriam pesquisar alguma música composta por autores e cantores negros, que expusesse o movimento de resistência por meio de suas letras, transcrevendo um trecho para entregar. A maioria dos alunos já ouvia ou conhecia cantores de *rap*,

trap, *hip hop*, *funk*, dentre outros gêneros, o que facilitou a pesquisa, ainda mais com a discussão coletiva feita no início da aula. Os alunos realizaram a atividade em duplas, e tiveram cerca de 25 minutos para executá-la.

O objetivo da atividade era promover a compreensão crítica da música como forma de resistência política e cultural negra, estabelecendo conexões entre os quilombos no Brasil Colonial e os movimentos musicais contemporâneos, como o *funk*, o *rap* e o *hip hop*. Através dessa análise, os alunos puderam refletir sobre a continuidade histórica da luta contra o racismo, a marginalização e a busca pela liberdade, entendendo a música não apenas como expressão cultural, mas também como instrumento de denúncia social e afirmação identitária.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a articulação entre quilombos, política e musicalidade negra foi possível despertar reflexões que ultrapassam a transmissão de conteúdos, colocando em evidência a compressão dos alunos sobre a resistência e a luta do povo negro como parte fundamental da formação da sociedade brasileira. Assim, a prática pedagógica aqui descrita contribui para uma educação antirracista, em conformidade com a Lei 10.639/2003.

Além disso, a experiência demonstrou que estratégias metodológicas que dialogam com a realidade dos estudantes favorecem o engajamento, fortalecendo o protagonismo discente na construção coletiva do saber. A análise da música como ferramenta de resistência político-cultural permitiu compreender a continuidade histórica da luta contra o racismo e as desigualdades sociais, ampliando o olhar dos alunos sobre os processos históricos e suas repercussões no presente. Portanto, este trabalho reafirma a importância de práticas docentes que valorizem os saberes não hegemônicos, resistindo ao epistemicídio e promovendo uma educação libertadora, conforme defendem autoras como bell hooks (2017) e Nilma Lino Gomes (2017).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2003/L10.639.htm. Acesso em: 26/08/2025.
- CARINE, Bárbara. **Como Ser um Educador Antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 5ª ed., 2023. 160 p.
- CARINE, Bárbara. **Querido Estudante Negro**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024. 160 p.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 192 p.
- FANON, Franz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 320 p.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos Nas Lutas Por Emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 160 p.
- hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: A Educação Como Prática da Liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2ª ed., 2017. 288 p.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.